

ACERCA DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO FEMININO DE SANTA MARIA DE TAROUQUELA: DA GÊNESE AO ESTABELECIMENTO*

Rui Pedro Neves¹

RESUMO: Através da análise da documentação proveniente do mosteiro de Santa Maria Maior de Tarouquela, pretendemos apresentar a evolução deste cenóbio inicialmente masculino, da sua fase dúplice e da sua cristalização enquanto casa monástica feminina, nos inícios do século XIII, muito à custa dos herdeiros de Ramiro Gonçalves Quartela, patrono da instituição religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Monacato Dúplice, Ramiro Gonçalves Quartela, Tarouquela, Mosteiro Feminino.

About the foundation of the female Monastery of Santa Maria de Tarouquela: from genesis to establishment

ABSTRACT: By analyzing the documentation from the monastery of Santa Maria Maior de Tarouquela, we intend to present the evolution of this initially male cenobium, its double phase and its crystallization as a female monastic house, in the early 13th century, at the expense of Ramiro Gonçalves Quartela's heirs, patron of the religious institution.

KEYWORDS: Double Monasticism; Ramiro Gonçalves Quartela, Tarouquela, Female Monastery

Introdução

Quem percorre o norte de Portugal e visita a recôndita aldeia de Tarouquela, situada no concelho de Cinfães, por certo se deixará encantar pela pequena igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela². A explicação que envolve a sua fundação constitui ainda hoje uma incógnita. Justamente, na senda de apresentar novas evidências sobre a sua fundação, apresentamos este estudo baseado, maioritariamente, na documentação inédita, que outrora constituía o *scriptorium* deste cenóbio beneditino.

¹ Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Mestrando em Idade Média na mesma instituição. Investigador convidado do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC). Membro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Contacto: rprn51@gmail.com.

* Um agradecimento à Professora Doutora Leontina Ventura por partilhar connosco a documentação do mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, fruto do seu próprio labor aquando da realização da sua tese de doutoramento.

² Apesar da escassa bibliografia sobre a histórica da Igreja e Mosteiro de Santa Maria Maior de Tarouquela, veja-se a obra *Rota do Românico*, coord. Rosário Correia Machado, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014, p. 187-219. Encontra-se disponível para consulta no link - http://www.rotadoromânico.com/SiteCollectionDocuments/Monumentos/Downloads/PT/Monografia/Igreja_Tarauquela.pdf. Último acesso; 04 mai. 2021.

Pela análise detalhada dos temas escultóricos patentes nos portais, capitéis, tímpanos e cabeceira, ambos atestando uma riqueza plástica que tem, sobretudo, como pretensão passar uma mensagem simbólica, facilmente se identificam características típicas do românico beneditino de influência cluniacense, o que permite situar a igreja, em meados do século XII (Almeida, 1978, p. 178-189; Botelho, 2010, p. 252-259; Vitorino, 1932, p. 11-14). Além do mais, devido a uma inscrição epigráfica analisada por Mário Jorge Barroca, onde se regista a data 1164³, pode aventar-se que naquele ano tenha ocorrido a sagração do templo ou alguma comemoração de qualquer fase de construção, apesar da sua igreja primitiva ser, certamente, mais antiga (Barroca, 2000, vol. II, t. I, p. 674-675).

Na realidade, a história deste templo medieval, perdido no tempo e na memória de quem ainda hoje lá professa a sua fé, remonta pelo menos a meados do século XII, mais concretamente a 1151, segundo um diploma proveniente da instituição⁴. O primeiro indício referente à comunidade de Tarouquela surge, por sua vez, em dezembro de 1162, data em que se verifica o uso da expressão *prior Sancte Marie de Tarouquela et tuos frates*⁵. Da análise do diploma, apuramos que o monacato de Tarouquela fora presidido por um membro masculino⁶, acompanhado pelos seus *frates*. Essa referência, a par da inexistência de qualquer alusão a *sorores*, *devotae* ou *mulier*⁷, algo que aconteceria na eventualidade de ser uma comunidade dúplice (Mattoso, 2002, p. 107-113 e 177-178), torna plausível concluir que esta instituição fosse habitada, somente, por membros masculinos⁸.

Originalmente, de acordo com alguns autores, a comunidade de monges que habitou o mosteiro de Tarouquela regia-se pela regra de Santo Agostinho. De facto, no século XII, na região entre o Douro e o Tejo são abundantes as menções a casas

³ Apesar da inscrição epigráfica indicar o ano de 1202, ela reporta-se a 1164. A inscrição remete para a contagem dos anos segundo a Era Hispânica ou Era de Cesar.

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Santa Maria de Tarouquela, mç. 3, doc. 12. Doravante, apenas nos referiremos ao número do maço e respetivo documento.

⁵ ANTT, mç. 2, doc. 39.

⁶ Excetuando as comunidades exclusivamente femininas, os monacatos masculinos e dúlices eram sujeitos à autoridade de um único abade, geralmente masculinos. Todavia, tal como refere Maria Helena da Cruz Coelho, ao templo em que monges e monjas convergiam no mosteiro de Santa Maria de Arouca, Toda Viegas (1114-1154) imponha-se no monacato *até aí sempre governada por abades* (Coelho, 1977, p. 45). De igual modo, José Mattoso refere algo idêntico em São Cristóvão de Rio Tinto, em 1141 e em São Salvador de Vairão, 1126 (Mattoso, 2002, p. 111).

⁷ Sobre as diferenças entre *sorores*, *devotae* e *mulier*, aconselhamos a leitura atenta de Linage Conde, 1973, vol. I, p. 432-444.

⁸ Apesar do laconismo das fontes, outros diplomas atestam um cenóbio exclusivamente masculino em ANTT, mç. 4, docs., 4 e 13

monásticas de obediência agostinha (Santa Cruz de Coimbra, São Jorge de Coimbra, Santa Maria de Cárquere, São Salvador de Grijó, entre outras), muito embora nem sempre o fossem desde a sua fundação, regendo-se por uma nova *regula*, aquando de uma refundação ou reforma institucional (Marques, 1986, vol. II, p. 95-96).

Relativamente à adoção da regra de Santo Agostinho no mosteiro de Tarouquela, após a consulta de várias obras e fontes, não encontramos qualquer indício ou alusão, que sustente a hipótese de ter existido uma comunidade masculina agostinha. Das nossas leituras, cremos que todos os autores seguiram a proposta de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo⁹, primeiro autor que avança com esta hipótese de que discordamos à luz das evidências por nós analisadas (Viterbo, 1865, vol. I, p. 258).

Apesar das dúvidas e do desconhecimento que pairam sobre esta instituição monástica, a passagem do mosteiro masculino para uma instituição monacal feminina encontra-se, intrinsecamente, ligada à figura de Ramiro Gonçalves Quartela, apresentado como fundador do mosteiro de religiosas, fiéis à *norma Beati Benedicti*¹⁰. De facto, ao analisar o espólio documental que chegou aos dias de hoje, proveniente do mosteiro de Tarouquela, apercebemo-nos de vários documentos que demonstram um elevado número de compras-vendas realizadas por Ramiro Gonçalves Quartela e sua família, que, mais se assemelha a um “arquivo” particular¹¹. A razão para estar incorporado este elevado núcleo de documentos de carácter privado e laico numa instituição monástica, prende-se, sem dúvida, com o facto de, em dado momento, provavelmente à hora da sua morte, Ramiro Gonçalves ter doado parte do seu património ao mosteiro de Tarouquela, deixando-lhe, também, os documentos - prova das formas de aquisição desses bens¹². Assim, Ramiro

⁹ Este autor não evidencia qualquer fonte ou obra de modo a sustentar a sua hipótese.

¹⁰ ANTT, *Memórias Paróquias*, vol. 36, nº 22, pp. 113-114; Arquivo Distrital do Porto (ADP), *Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, fls. 10v-11v.

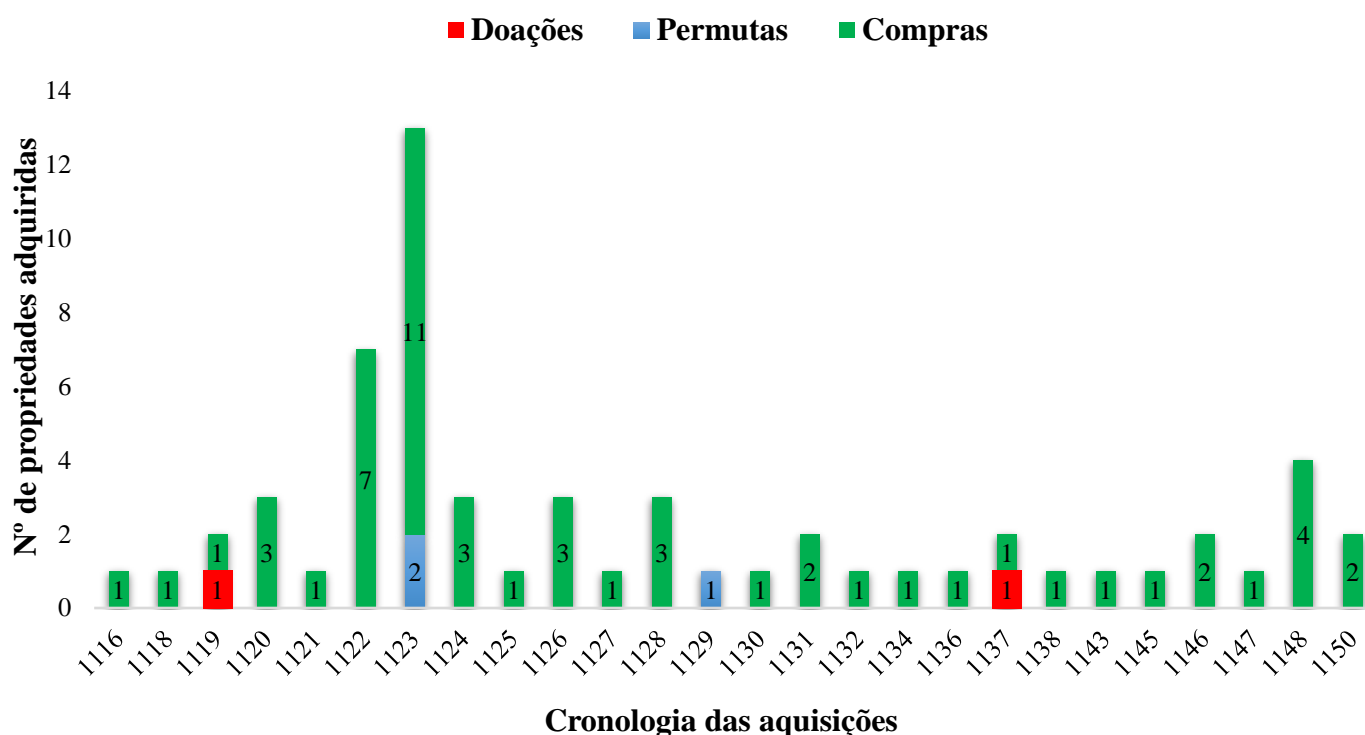
¹¹ Não devemos estranhar a existência de cartulários particulares nos séculos XI e XII. Num estudo apresentado por Leontina Ventura, no ano de 1985, a autora salienta a existência de várias dezenas de documentos provenientes de João Gondesendes, que acabariam por integrar o *Livro Preto da Sé de Coimbra*, devido à doação do património, após a sua morte, à Sé conimbricense. Assim, face a um tão elevado número de manuscritos relativos a este cavaleiro, Leontina Ventura chama atenção para a existência de um cartulário particular (Ventura, 1985, p. 31).

¹² O despojar dos bens materiais à hora da morte, é transversal a toda Idade Média. Segundo Philippe Ariès, o testamento é um contrato de seguro feito entre o testador e a Igreja, vigária de Deus, garantindo assim, nas palavras de Jacques Le Goff, um *passaport pour le ciel*. Este por sua vez, poderia ser alcançado através da “moeda espiritual”, isto é, de doações a instituições religiosas, atos de caridade, reparações de obras públicas e oferendas para sufrágios da alma através de missas e orações, em datas específicas, como por exemplo, o ritual do culto eucarístico do defunto uma semana depois da morte do fiel. Este tipo de culto aos mortos em Portugal, teve grande impacto a partir do século XI, introduzido através da via pirenaica, pelos monges de Cluny (Mattoso, 1996, p. 65-69; Ariès, 2010, p. 84-86).

Gonçalves entregara à instituição as necessárias evidências para que esta pudesse contraprovar, em futuros litígios, os seus direitos sobre aquelas propriedades¹³.

Dá análise ao património de Ramiro Gonçalves Quartela que depois será incluído no domínio fundiário de Tarouquela, verificamos que este fora composto entre 1116 e 1150, à custa de pequenos e médios proprietários¹⁴, através de diversas formas jurídicas de aquisição, tais como compras, permutas e doações, conforme se demonstra no Gráfico I.

Gráfico I- Formas de aquisição de Ramiro Gonçalves Quartela (1116-1150)



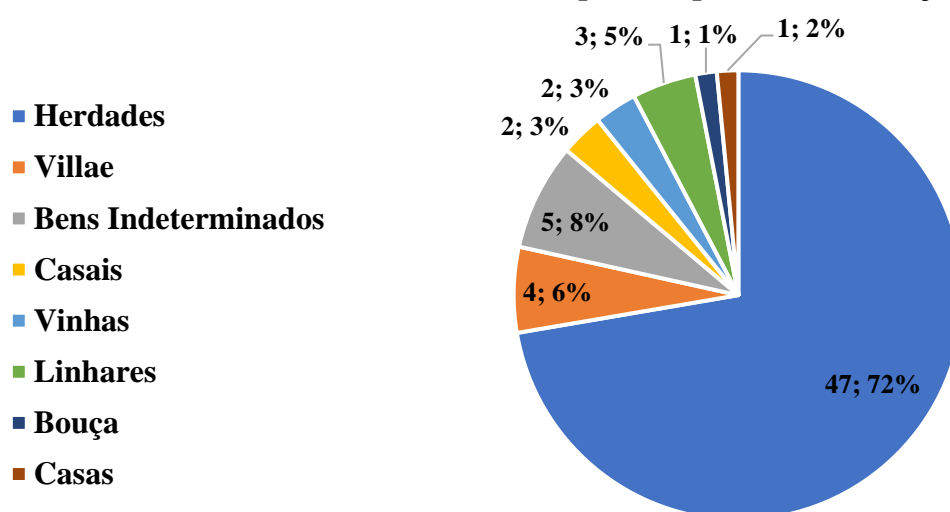
¹³ A importância dos documentos para a Igreja, de forma a atestar os seus direitos sobre qualquer bem, é já atestada no 2º cânon, do concílio de León de 1020, onde se lê: *Mandamos á on que qualquier cosa que la yglesia tobier de testamentos en alg. Tiempo otorgada é rrobada, que la aya é la posya todo tiempo; é si alguno quiser enbargar aquella cosa que ye otorgada en nos testamentos, qualquier que sea el testamento aduganno en conceyo, é sea pesquerido de bonos omes é verdaderos, é se el testamento fur trobado verdadero, non aya nengunt juizio sobre el testamento; mais aquello que ye escripto en no testamento ayalo ela yglesia por siempre; mais si la yglesia tobier dalguna cossa en sur iur, é no ovier ende testamento, mandamos que los poseores de la yglesia que tienem el iur, que juren, é depues que lo firmaren, que la ayan por siempre, é que non paren treziño al iur que na ó al testamento: ca á Dios faz engaño quien por treziño tuye las cosas de la yglesia* (Munoz y Romero, 1985, vol. I, p. 31-32).

¹⁴ Saliente-se, todavia, que em 1134 Ramiro Gonçalves comprara uma herdade em Tarouquela a Egas Moniz de Ribadouro “o Aio”, que lhe tinha sido doada por D. Afonso Henriques.

Sobre a natureza dos bens legados a Tarouquela (Gráfico II), é bastante difícil fazer qualquer discriminação, pois, na sua maioria, são escassos os documentos em que sobrevém qualquer descrição detalhada dos bens, surgindo a designação genérica de herdades, (Coelho, 1977, p. 102) correspondente a 47% do património. Contudo, é possível verificar que o mosteiro já possuía unidades de produção, tais como casais e vinhas, que desempenhariam, provavelmente, um papel primordial na subsistência do cenóbio, mesmo não sendo possível atestar qualquer tipo de exploração direta ou indireta.

O mosteiro dúplice e a sua passagem para um mosteiro beneditino

Gráfico II- Natureza dos bens adquiridos por Ramiro Gonçalves



Após a morte de Ramiro Gonçalves Quartela, ocorrida, provavelmente, entre dezembro de 1150 e maio de 1152, o mosteiro de Tarouquela ficaria sob a tutela dos seus descendentes e da sua esposa, Ouroana Nunes¹⁵. Esta instituição, obteria carta de liberdade da jurisdição episcopal Lamecense, concedida pelo bispo D. Mendo em agosto de 1171¹⁶, entregando todos os seus direitos a Ouroana Nunes e seus filhos Pedro Galhardo e Fernando Ramires (Costa, 1979, p. 519; Morujão, 2013, p. 42). Assim, e tendo em conta o diploma analisado, a diocese de Lamego renunciava a todos os seus direitos, entregando a totalidade do patronato¹⁷ à família Quartela, à exceção de três áureos, que deveriam ser cobrados anualmente na festa da cadeira de São Pedro. Entre este ato

¹⁵ ANTT, mç. 3, doc. 17.

¹⁶ ANTT, mç. 4, doc. 8.

¹⁷ Sobre a relação entre mosteiros e patronato, veja-se Mattoso, 2002, p. 59-75.

jurídico e 1180, o mosteiro de Santa Maria de Tarouquela continuou a ser sujeito à autoridade de um abade masculino, conforme se atesta em três diplomas¹⁸.

Tal como já referimos anteriormente, sabemos que este mosteiro fora exclusivamente masculino até 1174¹⁹, todavia, em 1185, os herdeiros de Santa Maria de Tarouquela concedem carta de liberdade a Urraca Viegas (e às demais *sorores* e suas sucessoras) do mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, para que aí vivessem *monasticum ordinem ad posse norma Beati Benedicti teneatis*²⁰. Numa análise mais pormenorizada do documento, infere-se a aplicação do termo *sororibus*, o que evidencia que a vida dúplice deste mosteiro era anterior à data do diploma. Assim, face ao último documento que referia a existência de um monacato exclusivamente masculino e à primeira menção *sororibus*, é plausível que o mosteiro tenha iniciado o monacato dúplice entre 1174 e 1185.

Segundo José Mattoso, o monaquismo dúplice peninsular não foi ainda objeto de um estudo sistemático, o que dificulta a possibilidade de estruturar e elaborar um enquadramento geral e de, assim, interpretar mais facilmente os dados fornecidos pelos diplomas (Mattoso, 2002, p. 177). Trata-se de uma forma de vida religiosa única, pautada por uma diferenciação geográfica, pois o monacato dúplice Ibérico teve uma cronologia e expansão divergente, em relação com o resto da Europa, marcado inicialmente por um despontar de mosteiros dúplices entre os séculos X e XI (Mattoso, 2002, p. 177). Em França, os mosteiros dúplices alcançaram um crescimento lento, todavia, aquando da expansão da Regra Beneditina, estas casas monásticas acabariam por desaparecer, dando lugar a monacatos exclusivamente masculinos ou femininos. O mesmo ocorrera em Itália (Linage Conde, 2007, p. 82-88), no Sacro Império e em Inglaterra, ao longo do século IX (Linage Conde, 1973, vol. I, p. 435 e 439).

Conforme afirma José Orlandis e José Mattoso, as razões pelo qual o monacato dúplice Ibérico perdurou mais do que no resto da Europa, deveu-se, primordialmente, ao facto de ser um território onde a beneditização ocorrera mais tardiamente, muito mercê da Reconquista e fragmentação de poderes centralizados e ainda aos próprios cultos com raízes suevas e visigóticas (Mattoso, 2002, p. 175-176; Rovira Orlandis, 1960, p. 62-69).

¹⁸ ANTT, mç. 4, doc. 11 (*priori Sancte Marie*); mç. 4, doc. 13 (*prior de Sancta Maria domno Didaco et omnes frates*) e mç. 4, doc. 22.

¹⁹ ANTT, mç. 4, doc. 31 e 32.

²⁰ ANTT, mç. 4, doc. 25. A prepósito da adoção da Regra de São Bento nos mosteiros femininos portugueses, José Mattoso evidencia que se trata de uma prática comum entre as diversas famílias ligadas a instituições monásticas, geralmente, oriundas de uma baixa, média nobreza (Mattoso, 1985, p. 219-223; Marques, 1986, p. 87-93).

No caso dos mosteiros dúplices ibéricos, sabemos que as duas comunidades, estavam subjogadas a uma única autoridade, mas, fisicamente separadas uma da outra (Linage Conde, 2007, p. 84). De facto, esta realidade atesta-se no mosteiro de Tarouquela, pois sabendo que o monacato dúplice tivera início, seguramente, em 1185, em 1188 e 1189, a autoridade da instituição religiosa recaía sob o *Prior Johannes Menendiz*²¹. Face ao laconismo dos diplomas provenientes do mosteiro de Tarouquela, não nos é perceptível compreender como é que era estruturada a vida desta instituição dúplice. Todavia, em virtude de um documento datado de março de 1187, sabemos que o mosteiro recebia jovens para serem educados e que estes eram entregues à comunidade feminina da instituição²².

O fim da comunidade dúplice aconteceria em 1194, por via de um pacto jurídico entre Urraca Viegas e os filhos e netos de Ramiro Gonçalves Quartela, onde a primeira se compromete a conceder ao mosteiro de Santa Maria de Tarouquela tudo o que tem de património, bem como o que adquiriu ou vier a adquirir, à exceção de duas leiras de vinha em Lamego, um casal e vinte morabitinos que dará a quem quiser, em troca do abadessado da instituição, juntamente com todo o seu património, para que aí mantenha em sua vida a ordem de São Bento²³. Face a este acordo celebrado entre Urraca Viegas e os sucessores de Ramiro Viegas, ainda mais questões se levantam em torno do mosteiro de Tarouquela e do período em que este fora dúplice, uma vez que, devido à concisão das fontes, nenhuma informação dispomos até ao momento que nos possibilite vislumbrar os motivos para a ascensão de Urraca Viegas como abadessa de Tarouquela e o seu desejo de fundar um mosteiro exclusivamente feminino.

Sobre os primeiros anos do mosteiro feminino de Santa Maria de Tarouquela, através do *Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, preservado no Arquivo Distrital do Porto, sabemos que Urraca Viegas iniciou o seu abadessado em 1194²⁴, atestando-se a primeira menção enquanto abadessa em 1198²⁵. Em fevereiro de 1220, encontrando-se moribunda, Urraca Viegas deixaria em testamento ao mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, para remédio da sua alma, *tota meas hereditates proprias quam habeo ex parte patris et matris mee et ex parte avorum meorum* com a exceção de

²¹ ANTT, mç. 4, docs., 32 e 33.

²² ANTT, mç. 4, doc. 28.

²³ ANTT, mç. 5, docs. 6,7,8 e 9.

²⁴ ADP, *Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, fls. 10v-11.

²⁵ ANTT, Santa Maria de Tarouquela, mç. 5, doc. 18.

um *casal in Pinidelo* (l. fr. Nespereira, c. Cinfães) *in quo moratur Monius Pelagii*²⁶. Não viria, contudo, a falecer em 1220, uma vez que diversos diplomas atestam a sua presença em 1224²⁷ e 1228²⁸.

A última referência a Urraca Viegas data de 1231, onde volta a fazer novo testamento, deixando ao mosteiro de Santa Maria de Tarouquela todas as herdades que tem de património, bem como as que lhe doaram os seus irmãos e, ainda, os seus testamentos e empenhamentos sobre os quais, nenhum dos seus parentes teria qualquer poder. De forma a perpetuar os seus últimos desejos, deixa como testamentários os seus sobrinhos, *Petrus Fernandiz et Garcia Fernandiz*²⁹, ambos cavaleiros³⁰. Em agosto de 1236, Urraca Viegas de Ortigosa está, seguramente, morta, sendo o abadessado do mosteiro de Santa Maria de Tarouquela encabeçado, doravante, por *domna Maior Menendi*³¹.

Conclusão

O estudo que aqui apresentamos possibilitou uma melhor compreensão sobre a instituição monástica de Santa Maria Maior de Tarouquela. Apesar de subsistirem ainda muitas dúvidas devido às características das fontes que temos ao nosso dispor, foi possível apresentar novos dados que viabilizaram uma análise mais prolixa e complexa sobre as várias vivências que este mosteiro albergou, desde de uma comunidade masculina, atravessando uma breve experiência dúplice, até se afirmar enquanto monacato feminino, sob a égide da regra beneditina até 1536, data em que as religiosas foram transferidas para o mosteiro urbano de S. Bento de Avé Maria do Porto, por desígnio de D. João III (Almeida, 1968, vol. II, p. 130-133; Martins, 2001, p. 154-159; Martins, 2004, p. 137-142). Deste modo, conseguimos traçar a génese deste mosteiro, que remonta, pelo menos, a 1151, momento em que era habitado por monges, cuja *regula* praticada desconhecemos.

²⁶ ANTT, mç. 6, doc. 34

²⁷ ANTT, mç. 24, doc. 1. É precisamente durante o seu abadessado que D. Sancho II, outorga a carta de couto ao mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, em dezembro de 1224. O documento encontra-se publicado em Bernardino, 2003, doc. 20, p. 199-2000.

²⁸ *Ibidem*, mç. 6, doc. 39.

²⁹ Apesar da documentação ser escassa para conseguir depreender a importância de Pedro Fernandes e Garcia Fernandes, netos de Ramiro Gonçalves Quartela, para o surgimento e afirmação do mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, é nítida a enorme ligação que estes tiveram à instituição monástica. Aliás, na carta de couto do mosteiro concedida por D. Sancho II, verifica-se que esta é concedida, em parte, pelos *servicios quod Petrus Fernandi et Garsia Fernandi avo meo et patris meo et mihi fecerunt*. Do mesmo modo, Frei Leão de S. Tomás, na sua *Beneditina LVSITANA*, refere que o monarca coutou o mosteiro *por feruiços que lhe tinham feyto dous irmaõs por nome Pero Fernandes & Gracia Fernandes* (Tomás, 1974, vol. II, p. 234a-234b..

³⁰ ANTT, mç. 7, doc. 1.

³¹ ANTT, mç. 7, doc. 3.

De igual modo, face a um elevado número de diplomas relativos a Ramiro Gonçalves Quartela e sua esposa, Ouroana Nunes, analisamos o crescente património que este compôs entre 1116 e 1150 e que acabaria por ser legado à instituição monástica que os seus filhos e netos herdariam enquanto patronos do mosteiro. Esta relação entre a família de Ramiro Gonçalves e esta instituição monástica foi de tal forma estreita, originando, em 1171, por desejo pessoal do bispo de Lamego, D. Mendo, juntamente com o seu cabido, a renúncia de todos os direitos episcopais, entregando o total direito do desígnio do mosteiro ao patronato da família Quartela.

Assim, em 1185, face a uma análise minuciosa, é nosso parecer que este tivesse constituído, em algum momento, um monacato dúplice, uma vez que em 1185, os herdeiros do mosteiro (os filhos e netos de Ramiro Gonçalves e Ouroana Nunes), concediam carta de liberdade a Urraca Viegas de Ortigosa, neta de Ramiro Gonçalves e às restantes *soros* que habitavam o mosteiro, para *sub norma Beati Benedicti vivatis et manasticum ordinem*, refundarem o mosteiro de Tarouquela. Todavia, verifica-se que em 1189, o monacato era ainda conduzido pelo *prior Johanes Menendiz*. Finalmente, em 1194, os *filli et nepotes Ramirii Gundisalvi et Auroane* delegavam diretamente o mosteiro de Tarouquela a Urraca Viegas Quartela, para que aí fosse fundada uma congregação feminina fiel à regra beneditina, cujo primeiro abadessado encontra-se documentado em 1196, regido por Urraca Viegas de Ortigosa, neta do fundador e mecenas do mosteiro, Ramiro Gonçalves Quartela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas:

Arquivo Distrital do Porto

Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Memórias Paróquias, vol. 36.

Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, mç. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 24.

Fontes Publicadas:

MUÑOZ Y ROMERO, Tomás. *Coleccion de fueros municipales y cartas pueblas de los reinos de Castilla, Leon, Corona do Aragon y Navarra*. Madrid, Imprensa de Don Jose Maria Alonso, 1847, 3 vols.

TOMÁS, Leão de S. *Beneditina Lusitana*. Coimbra, 1644-1651. (ed. crítica por José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, 2 vols).

Estudos:

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*, Porto. 1978.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*, 2º ed., Porto, Portucalense Editora, 1967-1971, 4 vols.

ARIÈS, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde da Idade Média*. Traduzido do original francês por Pedro Jordão, 4º ed., Lisboa, Teorema, 2010.

BARRAL I ALTET, Xavier. A viragem arquitectónica do ano mil. In DUBY, Georges; LACLOTTE, Michael. *A História Artística da Europa*. Lisboa: Quetzal Editores, t., I, 1997, pp. 167-179

BARROCA, Mário. *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, 3 vols.

BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves. *Sancius Secundus Rex Portugalensis: a chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*. Coimbra, 2003.

BOTELHO, Maria Leonor. *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977.

DUBY, Georges, *O Tempo das Catedrais: A Arte e a Sociedade 980-1420*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LINAGE CONDE, Antonio. *Los origenes del monacato beneditino en la Peninsula Iberica*. Leon, Centro de Estudios e Investigacion San Isidoro, 1973, 3 vols.

LINAGE CONDE, Antonio. *La vida cotidiana de los monjes de la Edad Media*. Madrid, Editorial Complutense, 2007.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes. Evolução do Monaquismo feminino até ao século XIII, na região de entre Douro e Tejo, notas para uma investigação. In *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, vol. II, pp. 89-114.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. *O Mosteiro de São Salvador de Vairão na Idade Média: O percurso de uma comunidade feminina*. Porto, Universidade Portucalense, 2001.

MARTINS, Alcina Manuel de Oliveira. A Protecção concedida por D. Manuel às Monjas de Vairão. In *III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época*, vol. II: *Igreja e Assistência*, Guimarães: Câmara Municipal, 2004, p. 124-136.

MATTOSO, José. A nobreza medieval portuguesa – as correntes monásticas dos séculos XI e XII. In *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 197-224.

MATTOSO, José, “Os Rituais da Morte na Literatura Hispânica (séculos VI a XI), in *O Reino dos Mortos: na Idade Média Peninsular*, dir. José Mattoso, Porto, Figueirinhas, 1996, pp. 55-74.

MATTOSO, José. *O monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2002

MORUJÃO Maria do Rosário. A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal. In *Espaço, Poder e Memória - A Catedral de Lamego: Sécs. XII a XX*, coord. Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2013, pp. 15-46.

ROVIRA ORLANDIS, José. Los monasterios dúplices españoles en la Alta Edad Media. *Anuario de Historia del Derecho Español*, nº 30, 1960, pp. 49-88.

VENTURA, Leontina. O Cavaleiro João Gondendes: sua trajectória político-social e económica (1083-1116). *Revista de História Económica e Social*, nº 15, 1985pp. 31-69.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2ª ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865, 2 vols.

VITORINO, Pedro. Santa Maria Maior de Tarouquela. *Ilustração Moderna*, 1932, nº 54, pp. 8-18.